

São Paulo, 14 de abril de 2014

Considerações e demandas das Escolas de Educação Infantil da Cidade de São Paulo em vista da revisão do Plano Diretor.

Caros senhores,

Estamos cientes do andamento dos debates sobre o plano diretor da cidade de São Paulo, e gostaríamos de fazer algumas considerações, que julgamos críticas no que tange aos serviços de creche, berçário e educação infantil nesta cidade, tanto públicos como privados.

Primeiramente gostaríamos de recordar o triste fato que o município de São Paulo enfrenta crônica falta de creches, berçários e unidades de educação infantil. Segundo o último balanço da Secretaria de Educação, faltavam 170.472 vagas em creches e 14.701 vagas na pré-escola em outubro de 2013 em todo o município. Este fato levou a condenação do município pela Câmara Especial do TJ-SP, a exigir a providência de 150 mil vagas até 2016, meta que o secretário Callegari já considera que não poderá ser cumprida (SOUZA, Folha de São Paulo).

Em segundo lugar, insistimos que os estudos de Heckman, ganhador do Nobel de economia, afirmam que “A educação na primeira infância constitui provavelmente o melhor investimento social existente e, quanto mais baixa for a idade do investimento educacional recebido, mais alto é o retorno recebido pelo indivíduo e pela sociedade.” (NERI).

Em terceiro lugar, nossa constituição afirma que a educação é direito da criança, e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil “as vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças” (MEC 2010, p.15). A orientação é justificada e vai de encontro com os desejos de uma cidade mais acolhedora e com usos mais integrados. Considerem que imaginar que uma mãe (ou pai) deva levar o filho de menos de um ano por quilômetros através da cidade, seja de carro, ou mesmo de ônibus ou metrô, todos os dias, antes e depois do trabalho, é estressante para a criança e para a mãe. Além disso, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a quantidade de viagens motorizadas que decorrem de menosprezar a importância desta orientação é inclusive traumática para a questão da mobilidade urbana. O ideal, tendo essa questão em vista, é que a cidade permitisse escolas a pouca distância das residências.

Entretanto, em todos os planos diretores da cidade nos últimos anos, e também posteriormente na análise de usos conformes, a escola de educação infantil tem sido tratada como um estorvo no tecido urbano. Aparentemente a principal característica de uma escola de educação infantil, para as pessoas que elaboram esses planos, é o fato de eventualmente poder gerar trânsito de veículos. Sendo assim, há razoável nível de exigências para a instalação das mesmas, todas ligadas ao “tráfego de veículos”. As escolas de educação infantil, mesmo aquelas com até 150 alunos, não podem se instalar em vias sem saída, não podem se instalar em vias locais dentro das zonas mistas, não podem ser instaladas em vias com menos de 10 metros de largura de leito carroçável, não podem ser instaladas em Zonas residenciais, e nem em Zonas de Centralidade Linear (aquelas que aceitam serviços dentro das áreas residenciais), e finalmente as pré-escolas também são proibidas nas vias estruturais.

A única brecha que existe na legislação, permite pré-escolas de até 450 metros de área construída em vias locais. O que não foi considerado pelos legisladores, é que as escolas de 450 metros quadrados, considerando as exigências da legislação escolar que prevê uma certa metragem quadrada por sala por aluno, além de cozinha, refeitório, lactário, fraldário, área de berços, área de brinquedos, área coberta para recepção dos alunos, sanitários para os funcionários, coordenação, etc, podem atender no máximo 45 crianças. Não há escola economicamente viável com esse número de alunos e as creches públicas trabalham com número de alunos bem superior a este, também por uma questão de custos. Bairros como Santo Amaro, Perdizes, Pinheiros, Pacaembu, Campo Belo praticamente não tem espaço para abertura de escolas, que tem de competir em alugueis e espaço com caros empreendimentos comerciais, por exemplo, revendedoras de veículos ou mesmo prédios comerciais, instalados nas vias coletoras e de ligação. Já nas periferias, escolas de educação infantil e creches enfrentam a herança de vias estreitas consequência da falta de planejamento no arruamento e são praticamente impossíveis de se instalar dentro da conformidade da lei.

O resultado dessa legislação, é que um número considerável de escolas de educação infantil está em situação irregular, além de outras que só estão conseguindo se regularizar porque são anteriores a legislação e foram anistiadas em 2001. A prefeitura, ciente da carência de vagas, prefere manter essas escolas a forçar seu fechamento, mas isso leva a instabilidade jurídica e a necessidade de anistias periódicas.

Tendo esclarecido esses pontos, solicitamos assim que a nova versão do plano diretor, flexibilize as exigências urbanas para a abertura de escolas de educação infantil e priorize as crianças e não o automóvel como peça chave da realidade escolar. Seria importante e favorável a resolver a falta de vagas na primeira infância, a permissão de escolas de educação infantil com até 700 metros quadrados de área construída (uma escola para 150 alunos), em terrenos de até 1200 metros em todos os tipos de vias, inclusive vias locais. Se isso não é aceitável nos bairros residenciais, que se aceite ao menos nas zonas mistas e nas zonas de centralidade linear, onde o transtorno dos carros e corredores de ônibus supera e muito qualquer transtorno que poderia gerar uma pré-escola. Seria desejável ainda que as restrições quanto à largura das vias, a exigência de estacionamento, entre outras, fossem encerradas.

Carlos Amorim Lavieri
Mantenedor da Escola de Educação Infantil ITAMOEMA LTDA.

Eliomar Rodrigues Pereira - Sindicato dos Estabelecimentos Mantenedores de Escola de Educação Infantil do Município de São Paulo.

Bibliografia:

Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, 2010.

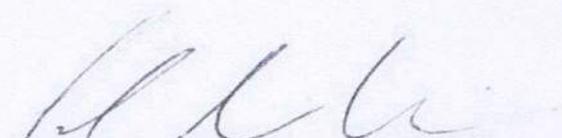
NERI M. Educação da Primeira Infância: Evidências Brasileiras. Fundação Getulio Vargas.

SOUZA, M. Folha de São Paulo. Prefeitura de SP é condenada a abrir 150 mil vagas na educação infantil. São Paulo, 2013 <disponível em:
<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/16/prefeitura-de-sp-e-condenada-a-abrir-150-mil-vagas-na-educacao-infantil.htm> >

SEMEEI

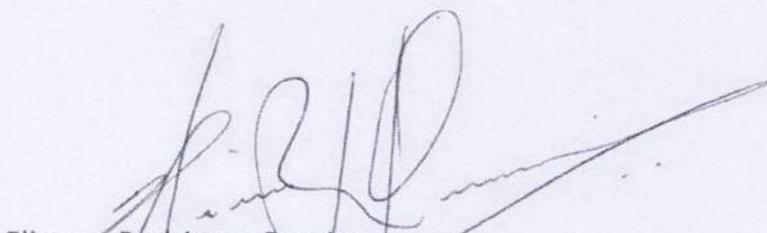
SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS MANTENEDORES DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Esperamos ter contribuído na solução de tão aflitivo problema, agradecendo a providência que for determinada a respeito. Colocamo-nos a inteira disposição para contribuições necessárias, e aproveitamos a oportunidade para renovarmos os nossos elevados protestos de estima consideração.



Carlos Amorim Lavieri

Mantenedor da Escola de Educação Infantil ITAMOEMA LTDA.
Av. Jandira, 512 – Hindianópolis – São Paulo – SP CEP 04080-003
Fone: (11) 5051.0497



Eliomar Rodrigues Pereira

Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Mantenedores de Escola de Educação Infantil do Município de São Paulo - SEMEEI.
Rua Alfredo Guedes, 72 – Cj 124 – Santana – São Paulo – SP – CEP 025034-010
Fone: (11) 3229-0860 / 2221-0520 - www.semeei.org.br – semeei@terra.com.br

Bibliografia:

Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, 2010.

NERI M. Educação da Primeira Infância: Evidências Brasileiras. Fundação Getulio Vargas.

SOUZA, M. Folha de São Paulo. Prefeitura de SP é condenada a abrir 150 mil vagas na educação infantil. São Paulo, 2013 <disponível em:
<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/16/prefeitura-de-sp-e-condenada-a-abrir-150-mil-vagas-na-educacao-infantil.htm> >

de custos. Bairros como Santo Amaro, Perdizes, Pinheiros, Pacaembu, Campo Belo praticamente não tem espaço para abertura de escolas, que tem de competir em aluguéis e espaço com caros empreendimentos comerciais, por exemplo, revendedoras de veículos ou mesmo prédios comerciais, instalados nas vias coletoras e de ligação. Já nas periferias, escolas de educação infantil e creches enfrentam a herança de vias estreitas consequência da falta de planejamento no arruamento e são praticamente impossíveis de se instalar dentro da conformidade da lei.

O resultado dessa legislação, é que um número considerável de escolas de educação infantil está em situação irregular, além de outras que só estão conseguindo se regularizar porque são anteriores a legislação e foram anistiadas em 2001. A prefeitura, ciente da carência de vagas, prefere manter essas escolas a forçar seu fechamento, mas isso leva a instabilidade jurídica e a necessidade de anistias periódicas.

Tendo esclarecido esses pontos, solicitamos assim que a nova versão do plano diretor, flexibilize as exigências urbanas para a abertura de escolas de educação infantil e priorize as crianças e não o automóvel como peça chave da realidade escolar, conforme os itens a seguir:

- Seria importante e favorável a resolver a falta de vagas na primeira infância, a permissão de escolas de educação infantil com até 700 metros quadrados de área construída (uma escola para 150 alunos), em terrenos de até 1200 metros em todos os tipos de vias, inclusive vias locais.

- Se isso não é aceitável nos bairros residenciais, que se aceite ao menos nas zonas mistas e nas zonas de centralidade linear, onde o transtorno dos carros e corredores de ônibus supera e muito qualquer transtorno que poderia gerar uma pré-escola.

- Seria desejável ainda que as restrições quanto à largura das vias e sua configuração, bem como a exigência de estacionamento, entre outras, fossem encerradas.

Infantil "as vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças" (MEC 2010, p.15). A orientação é justificada e vai de encontro com os desejos de uma cidade mais acolhedora e com usos mais integrados. Considerem que imaginar que uma mãe (ou pai) deva levar o filho de menos de um ano por quilômetros através da cidade, seja de carro, ou mesmo de ônibus ou metrô, todos os dias, antes e depois do trabalho, é estressante para a criança e para a mãe. Além disso, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a quantidade de viagens motorizadas que decorrem de menosprezar a importância desta orientação é inclusive traumática para a questão da mobilidade urbana. O ideal, tendo essa questão em vista, é que a cidade permitisse escolas a pouca distância das residências.

Entretanto, em todos os planos diretores da cidade nos últimos anos, e também posteriormente na análise de usos conformes, a escola de educação infantil tem sido tratada como um estorvo no tecido urbano. Aparentemente a principal característica de uma escola de educação infantil, para as pessoas que elaboram esses planos, é o fato de eventualmente poder gerar trânsito de veículos. Sendo assim, há razoável nível de exigências para a instalação das mesmas, todas ligadas ao "tráfego de veículos". As escolas de educação infantil, mesmo aquelas com até 150 alunos, não podem se instalar em vias sem saída, não podem se instalar em vias locais dentro das zonas mistas, não podem ser instaladas em vias com menos de 10 metros de largura de leito carroçável, não podem ser instaladas em Zonas residenciais, e nem em Zonas de Centralidade Linear (aquelas que aceitam serviços dentro das áreas residenciais), e finalmente as pré-escolas também são proibidas nas vias estruturais.

A única brecha que existe na legislação, permite pré-escolas de até 450 metros de área construída em vias locais. O que não foi considerado pelos legisladores, é que as escolas de 450 metros quadrados, considerando as exigências da legislação escolar que prevê uma certa metragem quadrada por sala por aluno, além de cozinha, refeitório, lactário, fraldário, área de berços, área de brinquedos, área coberta para recepção dos alunos, sanitários para os funcionários, coordenação, etc, podem atender no máximo 45 crianças. Não há escola economicamente viável com esse número de alunos e as creches públicas trabalham com número de alunos bem superior a este, também por uma questão

São Paulo, 24 de abril de 2014

PREFEITURA DE SÃO PAULO – DESENVOLVIMENTO URBANO
Comissão de Avaliação Temática Participativa do Plano Diretor Estratégico do
Município de São Paulo.

Ref.: Considerações e demandas das Escolas de Educação Infantil da Cidade de São Paulo em vista da revisão do Plano Diretor.

Prezados Senhores,

Estamos cientes do andamento dos debates sobre o plano diretor da cidade de São Paulo, e gostaríamos de fazer algumas considerações, que julgamos críticas no que tange aos serviços de creche, berçário e educação infantil nesta cidade, tanto públicos como privados.

Primeiramente gostaríamos de recordar o triste fato que o município de São Paulo enfrenta crônica falta de creches, berçários e unidades de educação infantil. Segundo o último balanço da Secretaria de Educação, faltavam 170.472 vagas em creches e 14.701 vagas na pré-escola em outubro de 2013 em todo o município. Este fato levou a condenação do município pela Câmara Especial do TJ-SP, a exigir a providência de 150 mil vagas até 2016, meta que o secretário Callegari já considera que não poderá ser cumprida (SOUZA, Folha de São Paulo).

Em segundo lugar, insistimos que os estudos de Heckman, ganhador do Nobel de economia, afirmam que "A educação na primeira infância constitui provavelmente o melhor investimento social existente e, quanto mais baixa for a idade do investimento educacional recebido, mais alto é o retorno recebido pelo indivíduo e pela sociedade." (NERI).

Em terceiro lugar, nossa constituição afirma que a educação é direito da criança, e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

São Paulo, 11 de novembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Vereador,

O Conselho de Turismo e Negócios, órgão permanente de estudos e trabalhos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO SP, tendo como objetivo o desenvolvimento de ações com foco nas atividades e desafios enfrentados pelo segmento, em parceria com representantes das entidades de Eventos, Negócios e Turismo, como ABIH SP, UBRAFE, SPCVB, ABEOC SP, SKAL SP, ACADEMIA BRASILEIRA DE EVENTOS E TURISMO e USP, dirige-se a Vossa Excelência para expor e requerer o que segue.

A cidade de São Paulo é considerada uma das principais indutoras do turismo brasileiro, reconhecida, principalmente, pelo seu turismo de negócios. A capital paulista recebe, em média, 13,1 milhões de visitantes ao ano sendo, deste total, aproximadamente 11,2 milhões de brasileiros e 1,9 milhões de estrangeiros, movimentando cerca de R\$ 16,3 bilhões ao ano e gerando em torno de 450 mil empregos diretos e indiretos, segundo dados da pesquisa UBRAFE, realizada pela FIPE.

Em 2012, o setor produziu 800 eventos, com 2.280 dias de realização e 6.840 dias de ocupação. Foram 8,8 milhões de visitantes e 77.500 expositores ocupando 4,4 milhões de m² de área disponível. Dos R\$ 4 bilhões gastos por turistas em eventos na cidade de São Paulo, 47,4% são relativos a hospedagem, 28,8% alimentação, 11,2% compras e 9,9% transporte.

Em se tratando do impacto econômico em outros setores, os gastos de turistas em transporte até o local dos eventos foi de R\$ 2,5 bilhões. Na hospedagem, dos 47% de turistas, 70% hospedam-se na capital, ocupando aproximadamente 6,5 milhões de unidades habitacionais.

Para realização de eventos, o setor investe ao ano R\$ 9 bilhões, sendo 64% dos expositores, 18,4% dos promotores e 17,6% dos montadores.

Apesar da importância econômica, algumas dificuldades, no entanto, fazem com que o turismo não se desenvolva de forma significativa, ficando aquém das perspectivas. Elevada **CARGA TRIBUTÁRIA**, falta de segurança nos grandes centros urbanos, problemas de infraestrutura, dificuldades para encontrar mão de obra qualificada e falta de incentivos governamentais, dentre outros, são os principais gargalos enfrentados por quem atua no segmento.

É de longa data que o referido Conselho vem debatendo os principais obstáculos que dificultam o desenvolvimento do turismo e, a fim de viabilizar o crescimento do segmento, foram elencadas algumas sugestões ao Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo (PDE-SP) para apreciação de Vossa Excelência. Tais propostas visam tornar São Paulo uma cidade acolhedora tanto para seus moradores como para turistas e, por isso, têm como preceito básico a **TRANSVERSALIDADE** do turismo na elaboração de políticas públicas municipais, ou seja, o turismo tratado como um item relacionado, e não isolado, aos demais elencados no PDE-SP, considerando ainda a devida importância de seus subitens, conforme exposto a seguir:

- a. **Ações integradas de hospitalidade** – A proposta é que sejam realizadas ações integradas de hospitalidade para que o turista, independentemente da razão que o traz à cidade, como eventos, negócios e/ou lazer, seja visto e tratado como um visitante, estimulando-o a retornar em outra oportunidade.

- b. **Mobilidade urbana para pontos turísticos, equipamentos de hospedagem, gastronomia e eventos** – Criação de estímulos à melhoria da mobilidade urbana para proporcionar uma interligação entre os pontos turísticos e equipamentos de hospedagem, gastronomia e eventos da cidade, principalmente no que se refere aos transportes públicos, a partir de itinerários específicos, com informações claras aos visitantes em português, espanhol e inglês.

- c. **Aprimoramento da sinalização turística e equipamentos de hospedagem, gastronomia e eventos** – Apesar dos investimentos do Governo em virtude da Copa do Mundo de 2014, a sinalização turística na cidade de São Paulo ainda é precária. É preciso que seja criada uma sinalização considerada transversal tanto para moradores como para turistas, inclusive estrangeiros, com placas que trazem as informações em português, espanhol e inglês nos transportes públicos, ruas, centros comerciais, bares e restaurantes, dentre outros.
- d. **Turismo como atividade econômica essencial** – O turismo da cidade de São Paulo deve ser contemplado como uma atividade fundamental às atividades econômicas já existentes. A vocação atual e futura da cidade de São Paulo se consagra no trinômio **eventos, negócios e turismo**. Diante disso, é importante que ocorram ações públicas que estimulem empresários a adequarem suas atividades ao visitante, melhorando o atendimento e desenvolvendo ações criativas. Com base nisso, é possível fazer um mapeamento de oportunidades, atraindo assim cada vez mais turistas. Cursos, palestras e campanhas de sensibilização por meio de agentes credenciados são meios eficazes para estimular o desenvolvimento do empreendedorismo.
- e. **Desenvolvimento de roteiros turísticos de municípios vizinhos** – Realizar ações bilaterais com a divulgação dos atrativos turísticos da cidade de São Paulo nos outros municípios e vice-versa, com um processo que permita a integração de transporte e mobilidade, objetivando o desenvolvimento do turismo entre os municípios vizinhos.
- f. **Roteiros dos atrativos históricos da cidade** – Desenvolvimento de estímulos quanto à reestruturação e/ou reforma de pontos turísticos históricos, tais como museus, teatros e parques, bem como a divulgação de atrativos culturais, naturais e históricos da cidade de São Paulo.
- g. **Divulgação e promoção da Cidade** – Com o objetivo de promover de forma mais intensiva e atrativa a imagem da Cidade junto aos visitantes, o Conselho propõe que sejam criados estímulos para que locais de grande circulação de

turista, como hotéis e restaurantes, dentre outros, divulguem os pontos turísticos da cidade de São Paulo.

- h. **Melhoria da logística de eventos da Cidade** – Facilitar a mobilidade do visitante por meio da liberação de áreas para embarque e desembarque de táxis, fretamentos (ônibus e vans) e receptivos em geral nos equipamentos de eventos, hospedagens, gastronomia e equipamentos culturais. Facilitar a logística no período de montagem, realização e desmontagem de eventos para veículos de carga envolvidos na operação.
- i. **Políticas fiscais para atrair investimentos no setor de eventos na Cidade** – Com relação ao zoneamento da cidade de São Paulo, propõe-se o direcionamento de investimentos para infraestrutura, como a ampliação e/ou renovação de equipamentos para o incremento da realização de feiras, eventos ou convenções em localidades consideradas importantes para o turismo paulistano, o que poderá ser alcançado através de incentivos fiscais.
- j. **Revitalização e recuperação dos equipamentos históricos de São Paulo para estímulo ao turismo** – O processo de revitalização do centro da Cidade deve ser dinâmico e considerar toda a história de determinados pontos da região. A proposta é que seja criado um centro de Convenções no entorno da região da estação Júlio Prestes, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, localizada no centro da capital, revalorizando essa área, a fim de que ela volte e passe a atrair investimentos, emprego e renda.
- k. **Revisão dos coeficientes construtivos para áreas de eventos** – Propõe-se a revisão dos coeficientes construtivos para espaços de eventos ou centros de convenções, hotéis ou similares, para que esses sejam aumentados, tendo em vista o potencial de desenvolvimento econômico e social que podem trazer para a localidade, gerando emprego e renda para a cidade.
- l. **City Tour** – Após debates com agentes ligados ao turismo, chegou-se à conclusão de que o ideal é que ocorra a desburocratização das Secretarias

Municipais envolvidas no processo de instalação do *City Tour* na cidade de São Paulo, com implantação imediata desse sistema.

- m. **Transporte público e estacionamentos nas regiões com equipamentos de eventos** – Considerando as propostas do Governo para estímulo ao uso do transporte público, propõe-se integrar a malha rodoterroviária aos equipamentos indutores de eventos, negócios e turismo, bem como a construção de vagas de estacionamento nos terminais de transporte público como uma terramenta para melhorar qualitativamente a questão da mobilidade urbana.
- n. **Revisão do Grupo 13 do ISS – Turismo, Hospedagem, Eventos e Assemelhados** – A revisão do Grupo 13 do Imposto sobre Serviços – ISS deve ser considerada, uma vez que o Grupo engloba, indiretamente, diversas outras atividades econômicas relacionadas ao turismo, o que reforça ainda mais a importância do segmento para a economia da cidade. A divulgação desse dado pelo Observatório do Turismo poderia ser considerada com tal amplitude.
- o. **Contemplação do trinômio eventos, negócios e turismo no ensino fundamental e médio** - Vinculação dos ensinos fundamental e médio às especificidades da região com o intuito de proporcionar um sentimento de pertencimento, ou seja, a proposta é de que as aulas de história na escola sejam obrigatoriamente realizadas onde os fatos ocorreram ou em museus, fazendo com que o aluno vincule a história e o impacto econômico aos locais e consiga, posteriormente, passar o que aprendeu para outras pessoas, inclusive para visitantes da cidade.

Diante do exposto, o Conselho de Turismo e Negócios e as Entidades que participaram no desenvolvimento dessa proposta contam com o apoio de Vossa Excelência no atendimento a essas demandas, considerando-as no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, lembrando que o turismo é uma atividade geradora de emprego e renda, e a Cidade só tem a ganhar ao possibilitar o desenvolvimento desta área, principalmente na atual conjuntura de realização da Copa do Mundo de 2014.

Na certeza da acolhida de Vossa Excelência ao pleito ora formulado, o Conselho de Turismo e Negócios e as Entidades do setor aproveitam o ensejo para reiterar seus protestos de estima e consideração, colocando-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas por intermédio do e-mail mmbatista@fecomercio.com.br, com a Sra. Márcia Maria Batista.

Atenciosamente,



MARCELO DIAS CALADO
Presidente
CONSELHO DE TURISMO E NEGÓCIOS
FECOMERCIO SP

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado De São Paulo – ABIH SP
Associação Brasileira de Empresas de Eventos – ABEOC SP
União Brasileira de Promotores De Eventos – UBRAFE
Academia Brasileira de Eventos e Turismo – ABEVT
São Paulo Convention & Visitors Bureau – SPCVB
Sundhet Kårlek Alder Lycka – SKAL SP
Universidade de São Paulo – USP

Exmo. Senhor,
NABIL BONDUKI
DD. Vereador
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Kristina/1658/1ro

São Paulo, 11 de novembro de 2013.

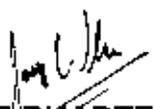
Excelentíssimo Senhor
NABIL BONDUKI
DD. Vereador
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO SP dirige-se a Vossa Excelência para expor e requerer o que segue.

Com o objetivo de criar um posicionamento conjunto entre a sociedade civil e a FECOMERCIO SP, o Conselho de Desenvolvimento Local e o Conselho de Turismo e Negócios realizaram encontros e eventos ao longo deste ano para disseminar informações sobre o planejamento estratégico da cidade de São Paulo e promover a construção participativa de propostas para o turismo e uma metodologia capaz de organizar os bairros ou distritos para que consigam elaborar um conjunto de ações e projetos que melhorem a vida daquela comunidade, documentos estes que estão sendo entregues neste ato a Vossa Excelência, na qualidade de nobre Vereador e relator do Plano Diretor, como contribuição desta Federação à elaboração do planejamento estratégico de São Paulo.

Na certeza da acolhida de Vossa Excelência aos pleitos ora formulados, a FECOMERCIO SP aproveita o ensejo para reiterar seus protestos de estima e consideração, colocando-se à disposição caso sejam necessários esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,


JORGE DUARTE
Presidente
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
FECOMERCIO SP


MARCELO DIAS CALADO
Presidente
CONSELHO DE TURISMO E NEGÓCIOS
FECOMERCIO SP

jvasconcellos/1678/sao

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO: uma metodologia para a sua elaboração

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. O que é Plano de Desenvolvimento do Bairro?
3. O que é bairro?
4. O que é importante considerar na elaboração do Plano?
5. Estrutura e metodologia do Plano de Desenvolvimento do Bairro:
 - 5.1 Apresentação
 - 5.2 Histórico
 - 5.3 Governança local
 - 5.4 Visão de futuro
 - 5.5 Objetivos
 - 5.6 Dados demográficos
 - 5.7 Ativos e oportunidades
 - 5.8 Diagnóstico técnico
 - 5.9 Diagnóstico participativo
 - 5.10 Problemas e soluções
 - 5.11 Programas e projetos em andamento
 - 5.12 Plano de ação / cronograma
6. Pacto local
 - 6.1 Recursos para elaborar e implementar o plano?
 - 6.2 Fórum de desenvolvimento local

1. APRESENTAÇÃO

O objetivo desta cartilha é oferecer às comunidades uma metodologia prática para que elas possam elaborar seu Plano de Desenvolvimento de Bairro, documento em que os moradores destacam as melhorias necessárias à sua comunidade no que diz respeito a infraestrutura urbana e ofertas de produtos e de equipamentos públicos. Quando acordadas com as subprefeituras, as diretrizes da população ganham status de lei e, como tal, passam a ser respeitadas pelo Poder Municipal.

A ideia é mostrar aos cidadãos como eles podem se organizar e interagir com os agentes públicos e da iniciativa privada para elaborar o plano de ação que melhore suas condições de vida e seu convívio social.

A metodologia se baseia nas ações do Senac São Paulo nas regiões em que este atua, e nas sugestões levantadas nos fóruns realizados pela FecomercioSP no decorrer deste ano, que reuniram lideranças comunitárias, formadores de opinião e especialistas em planejamento urbano.

A Lei Federal 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, obriga que todo município com mais de 20.000 habitantes e estâncias turísticas elaborem seu Plano Diretor que, por sua vez, deve orientar os Planos Plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e de orçamentos anuais – ou seja, os instrumentos de planejamento financeiro do município. No caso da cidade de São Paulo, dividida em 32 subprefeituras, há a previsão de elaboração de Planos Regionais que contemplam também os Planos de Desenvolvimento de Bairro.

A seguir, as principais propostas do Projeto de Lei 688/13, que promove a revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, cuja votação está prevista para dezembro de 2013.

Planos Regionais das Subprefeituras:

- ✓ Sua elaboração fica por conta das subprefeituras com supervisão da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, e participação dos munícipes de cada região nos diagnósticos, concepção, aprovação, monitoramento, fiscalização e revisão.

- ✓ Devem atender às peculiaridades do sítio de cada região e às necessidades e opções da população que nele reside ou trabalha. Precisa se articular com o Plano de Desenvolvimento do Bairro.

Plano de Desenvolvimento do Bairro:

- ✓ Deve ser elaborado numa ação conjunta entre subprefeitura, conselheiros participativos municipais e comunidade para fortalecer o planejamento/controlar social local e promover melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas.
- ✓ Precisa definir o território a partir de identidades comuns em relação a aspectos socioeconômicos e culturais reconhecidas por seus moradores e usuários.
- ✓ É necessário que apresente propostas para melhorar:
 - I – a infraestrutura de microdrenagem e de iluminação pública;
 - II – oferta e funcionamento de equipamentos urbanos e sociais de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e assistência social, entre outros, adequados às necessidades dos moradores de cada bairro;
 - III – a acessibilidade aos equipamentos urbanos e sociais públicos;
 - IV – os passeios públicos, o mobiliário urbano e as condições de circulação de pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
 - V – a qualidade ambiental das áreas residenciais;
 - VI – o sistema viário local e o controle de tráfego;
 - VII – os espaços públicos e as áreas verdes, de lazer e convivência social;
 - VIII – as condições do comércio de rua;
 - IX – a limpeza, arborização e jardinagem de passeios, espaços e praças públicas;
 - X – a coleta de lixo, inclusive a seletiva;
 - XI – as condições de segurança pública, em especial no entorno dos equipamentos educacionais;
 - XII – a proteção, recuperação e valorização do patrimônio cultural e ambiental;
 - XIII – as condições para o desenvolvimento de atividades econômicas;
 - XIV – espaços públicos adequados à convivência social;
 - XV – sinalização para veículos e pedestres;
 - XVI – segurança na circulação de pedestres;
 - XVII – os espaços para instalação de galerias para uso compartilhado de serviços públicos, inclusive centrais de produção de utilidades energéticas localizadas;

XVIII – a segurança alimentar e nutricional da população, bem como a implantação de hortas comunitárias.

- ✓ Definir propostas para tornar o sistema viário o mais propício e seguro possível para a circulação de bicicletas, além de prever um sistema cicloviário local, articulado com o sistema de transporte coletivo, áreas verdes e principais equipamentos urbanos e sociais.
- ✓ Indicar as áreas necessárias para a implantação, no mínimo, dos equipamentos urbanos e sociais, espaços públicos, áreas verdes e vias públicas locais novas.
- ✓ Ser elaborado a partir das seguintes diretrizes:
 - I – identificação de diferentes demandas urbanas, sociais e ambientais a partir de: a) pesquisas de campo realizadas junto aos moradores dos bairros, b) análises de dados secundários produzidos por diferentes órgãos de pesquisa, c) análises de estudos existentes;
 - II – utilização de metodologias participativas nas diferentes etapas de elaboração;
 - III – utilização de abordagens interdisciplinares.
- ✓ Ser editados por decreto, após aprovação pelos Conselhos de Representantes das Subprefeituras, previstos nos artigos 54 e 55 da Lei Orgânica do Município, ou, até a instituição destes, pelos Conselhos Participativos Municipais até sua instituição.

O urbanista Kazuo Nakano destaca que o Plano de Desenvolvimento de Bairro é um conjunto de ações intersetoriais, pois inclui temas como habitação, melhorias viárias, melhoria de calçadas, construção de creches, construção de escolas... Sua amplitude não permite que ele fique restrito a um órgão específico da Prefeitura – exige ação intersecretarias.

2. O QUE É UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO?

A resposta direta poderia ser: UM CAMINHO A PERCORRER PARA O FUTURO DESEJADO.

Em outras palavras, é um documento que registra os sonhos por melhor qualidade de vida de grande parte da comunidade do território identificado como bairro. Para torná-los realidade é importante que se estabeleça visão de futuro, propostas e projetos a serem implementados.

Por ser um instrumento de planejamento mais próximo do cidadão/morador, o Plano de Desenvolvimento do Bairro deve ser elaborado em ambientes que promovam condições de interação entre essas pessoas.

É importante que a comunidade tenha oportunidade de experimentar diversos tipos de ambiente e ferramentas de criação por meio das quais possa interagir, tais como fóruns, rodadas de diálogo, world café, eventos, festas, Facebook, plataformas digitais... Enfim, opções que podem ser criadas pela própria comunidade para gerir informações, ideias e propostas.

O Plano deve apontar o caminho a ser percorrido por comunidade e Poder Público para alcançar o conjunto de objetivos que trará as melhorias necessárias.

O documento tem relação direta com o Plano Diretor Estratégico e com os Planos Regionais Estratégicos das subprefeituras. O Plano de Bairro é um instrumento da subprefeitura.

Por isso é importante que o grupo de pessoas que anima o planejamento leve em conta que a comunidade tem anseios imediatos de soluções para os seus problemas. Nesse caso devem sempre criar um ambiente favorável para que as pessoas possam manifestar-se e principalmente propor ações pontuais para tratar imediatamente e durante o processo de planejamento. Para essas ações é importante propor o que "eu", "você", "nós" podemos fazer e não apontar aquilo que os outros devem fazer.

3. O QUE É BAIRRO?

Na maioria das cidades do mundo, bairro é uma comunidade ou região localizada dentro de uma cidade ou município. Ele é considerado a unidade mínima de urbanização.

O bairro também se caracteriza pelo "sentimento de localidade" existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas.

Podemos dizer ainda que é o lugar ao qual os moradores têm consciência de pertencer.

Para o urbanista Kazuo Nakano, bairro é uma escala microlocal – ou seja, território de vivência onde as pessoas moram e se relacionam, onde vivem o dia a dia, circulam, têm relação de vizinhança e convivem com problemas concretos que afetam seu cotidiano. O bairro não é limite administrativo; é uma entidade cultural e antropológica. A própria delimitação já é parte do conteúdo do plano de desenvolvimento de bairro. É preciso inserir esse processo de discussão na elaboração do Plano.

4. O QUE É IMPORTANTE CONSIDERAR NA ELABORAÇÃO DO PLANO?

- ✓ Reconhecer o bairro e mostrar o lugar que se quer – ou seja, orientar o trabalho por visão de futuro.
- ✓ Delimitar o território do local para saber em qual área será realizada a intervenção.
- ✓ Reconhecer a identidade do bairro: história, cenário e cultura.
- ✓ Desenvolver o registro da memória social do passado, presente e futuro.
- ✓ Conhecer detalhadamente o que está acontecendo no lugar.
- ✓ O diagnóstico local deve ser participativo. É preciso promover espaços para a interação dos participantes e desenvolver plataformas digitais para debater problemas e propor sugestões.
- ✓ Envolver muito diálogo, considerar o tempo de cada pessoa e as várias formas de conseguir com a comunidade informações e propostas.
- ✓ Ouvir também as pessoas que não moram no lugar, mas nele circulam e o impactam de alguma.
- ✓ Considerar o desenvolvimento e a disponibilidade de ferramentas de gestão e mediação de conflitos.
- ✓ Ter ações de curto, médio e longo prazo.
- ✓ Ser um processo de responsabilidade compartilhada com as ações sendo feitas pelo Governo, e outras pela própria comunidade.

5. ESTRUTURA DO PLANO E METODOLOGIA

A seguir, apresentaremos uma proposta de estrutura de Plano utilizada para propor sugestões à redação de alguns itens e o passo a passo para o desenvolvimento de outros.

Sugerimos que constem na estrutura os seguintes itens: apresentação; histórico; governança local; visão de futuro; objetivos; dados demográficos; ativos e oportunidades; definição dos segmentos socioeconômicos; diagnóstico técnico; diagnóstico participativo; problemas e soluções para o bairro; cronograma de ações; pacto local; captação de recursos; fórum permanente de desenvolvimento local.

5.1 Apresentação

É importante que o Plano tenha uma apresentação inicial. A sugestão é fazer uma descrição geral e resumida do assunto principal do Plano. É interessante também descrever o cenário geral, mostrar as principais dificuldades e oportunidades do local.

5.2 Histórico

Descrever o processo de desenvolvimento do bairro, sua história, a trajetória dos movimentos sociais e as articulações realizadas nas diversas fases de elaboração do Plano.

5.3 Governança local

O item diz respeito à força política que se constrói em torno dos pactos para a realização de projetos que promovem o desenvolvimento local. Trata-se do núcleo comunitário ou grupo de planejamento que atua para aumentar a participação popular, organizar as estratégias de trabalho e sistematizar todas as informações geradas pela comunidade.

É importante que, já no início do trabalho, o grupo de planejamento articule com subprefeitura e conselheiros participativos municipais a fim de construir a governança local. Para uma governança forte é preciso que haja muita conexão entre as pessoas, ou seja, rede.

Grupo de planejamento para aproximar os participantes:

1. Organizar encontros com pessoas interessadas no desenvolvimento do bairro.
2. Promover diálogos para formar conexões entre as pessoas e identificar o talento de cada uma.
3. Entender os interesses que os participantes têm em comum.
4. Estimular que as pessoas se conheçam e criem vínculos de confiança.
5. Definir com a comunidade um método para informar os envolvidos nas festas e atividades de interesse local, bem como nas reuniões referentes ao Plano.
6. Promover sempre a interação entre as pessoas.
7. Manter a dinâmica de rede durante o processo de planejamento e execução do Plano.
8. Registrar as principais ideias e propostas.
9. Criar uma forma de disponibilizar as informações para a comunidade.

É importante registrar o processo de articulação e de fortalecimento da governança, bem como relatar as dificuldades. Esse material ajudará novos participantes a entenderem o processo do planejamento participativo.

5.4 Visão de futuro

Como os moradores gostariam de ver o bairro nos próximos anos, como o lugar seria se os sonhos de seus habitantes fossem realizados. A ideia é propor uma referência nova, uma perspectiva de vida diferente. Para construir a visão de futuro de forma coletiva é importante que o grupo de planejamento:

1. Promova o diálogo entre os participantes antes de iniciar uma atividade – essa ação cria confiança e aproxima as pessoas.
2. Peça para que cada um do grupo imagine tudo o que pode ser melhorado no bairro entre os próximos cinco e dez anos.
3. Permita que as pessoas compartilhem seus sonhos.
4. Registre todas as manifestações das pessoas.
5. Mostre os resultados e solicite comentários dos participantes.
6. Repita essa dinâmica em diversos grupos.
7. Organize as informações e torne a validar as propostas promovendo diálogo entre os participantes.
8. Registre uma declaração de visão de futuro para o bairro.

9. Valide essa declaração com os participantes, usando palavras e expressões mais próximas da cultura local.

5.5 Objetivos

Indicam desdobramentos do tópico "Visão de futuro" e o conjunto dos principais resultados que a comunidade deseja alcançar a médio e longo prazo. Os objetivos vão sendo identificados e escritos no processo de desenvolvimento do planejamento.

5.6 Dados demográficos

Quando possível, é importante conhecer e analisar a composição da população: número de homens e mulheres, fatores determinantes do crescimento do lugar e condições socioeconômicas. Esses dados são relevantes na idealização das ações que possam melhorar a qualidade de vida da população.

Existem dados demográficos no âmbito do distrito. Nos casos em que uma comunidade escolher realizar um Plano de Bairro em outro território, será necessário efetuar novo levantamento ou ter como referência os dados do distrito. Para isso, é recomendável desenvolver uma pesquisa local (com ajuda de universidades ou de institutos de pesquisa) para obter as informações necessárias.

5.7 Ativos e oportunidades

Indicam os recursos e talentos humanos do bairro, a capacidade de desenvolvimento de oportunidades e o potencial de empreendimentos na localidade.

Para identificar ativos e oportunidades é importante que o grupo de planejamento:

1. Perceba as manifestações das pessoas nos encontros coletivos de planejamento.
2. Registre tudo o que a comunidade relata como ativos e oportunidades.
3. Registre no processo do diagnóstico participativo os novos relatos sobre ativos e oportunidades locais.
4. Organize as informações.
5. Promova rodadas de diálogo para validar os ativos e oportunidades.

Definição dos segmentos socioeconômicos

Enquanto a comunidade administra seus problemas, cabe aos gestores do projeto identificar os temas principais que podem ser organizados em segmentos socioeconômicos. Isso pode facilitar a compreensão dos problemas e o planejamento, uma vez que as comunidades têm dificuldades e características muito específicas. Por isso, os segmentos apresentados aqui são uma referência de organização, e não uma obrigatoriedade administrativa.

Os segmentos econômicos sugeridos são: saúde, educação, renda, cultura, lazer, moradia, segurança, economia, infraestrutura e desenvolvimento urbano.

A partir de cada segmento serão tratados os diversos problemas e propostas as soluções. Para chegar a esse ponto, é fundamental a realização de um diagnóstico técnico e um diagnóstico participativo.

5.8 Diagnóstico técnico

Compõem os dados técnicos as informações coletadas em fontes oficiais como Prefeitura, IBGE e outros institutos de pesquisa. Na cidade de São Paulo existem informações técnicas na escala do distrito. É possível que uma empresa, universidade ou mesmo a população local tenha realizado alguma pesquisa ou levantamento de informações com relação a algum segmento. Para fazer novos levantamentos de informações e pesquisas é importante buscar parcerias com universidades e acionar o setor de planejamento ou informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Segue exemplo de como levantar informações sobre a economia local e o mercado de trabalho:

- ✓ Quais os setores econômicos do bairro que contribuem para a riqueza do município?
- ✓ Quais os ramos de atividades desses setores?
- ✓ Quais as tendências observadas pelo setor produtivo?
- ✓ Em que atividades se concentram as micros e pequenas empresas?
- ✓ Em que atividades se concentram as médias e grandes empresas?
- ✓ O bairro tem algum potencial competitivo em relação ao município ou região? (Mão de obra qualificada, localização estratégica, recursos naturais, patrimônio histórico...)

Para levantar informações locais de cada segmento é importante que o grupo de gestão:

- ✓ Procure na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano os dados técnicos disponíveis para o local em estudo.
- ✓ Para complementar as informações, identifique grupos universitários e das secretarias municipais correspondentes ao segmento a ser pesquisado.
- ✓ Elabore as perguntas.
- ✓ Oriente os voluntários que farão a pesquisa.
- ✓ Organize as informações coletadas.
- ✓ Sistematize os resultados.
- ✓ Crie um cenário técnico sobre o segmento socioeconômico pesquisado.

5.9 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo é um retrato da situação local, derivado das informações levantadas junto à comunidade por meio de fóruns, eventos, festas, Facebook, pesquisas etc. Ajuda os habitantes a aprenderem mais sobre o que o lugar oferece em cada um de seus segmentos socioeconômicos (saúde, educação, renda etc.) e permite obter o perfil da localidade por meio da visão e percepção das pessoas que nela residem e atuam. Possibilita a interpretação da própria comunidade sobre como as condições do local influenciam na vida dos seus habitantes, bem como a identificação conjunta das oportunidades e possibilidades existentes para melhorar tais condições. Compõe, portanto, junto com a visão de futuro, a base para a elaboração das prioridades do Plano de Bairro.

Por meio do diagnóstico participativo, os participantes podem compartilhar uma visão mais ampla da realidade de seu bairro/distrito, a fim de prevenir a fragmentação de interesses e promover o entendimento da inter-relação entre os segmentos socioeconômicos.

Para obter o diagnóstico participativo o grupo de planejamento pode:

1. Ajudar a comunidade a entender o que é diagnóstico participativo estimulando a discussão sobre os segmentos socioeconômicos e outros assuntos de interesse local.
2. Planejar a pesquisa de campo e orientar a comunidade a obter informações sobre o lugar onde mora – caminhadas, fotos, conversas e questionários ajudam a realizar esse trabalho.
3. Organizar as informações coletadas por segmento, ou de outra forma que a comunidade melhor se identificar.

4. Criar um cenário para cada segmento, ou de outra forma que a comunidade melhor se identificar.
5. Sistematizar problemas e soluções de melhoria para cada segmento, ou de outra forma que a comunidade melhor se identificar.
6. Compartilhar as informações sistematizadas.
7. Promover novas rodadas de diálogo para que a comunidade possa validar e incorporar os resultados.

Passo a passo para o diagnóstico participativo

Antes, algumas premissas: a) promover diálogo permanente e interação entre as pessoas que participam do processo; b) lembrar que o conhecimento está na rede (nas pessoas que estão dentro ou fora do grupo) e na leitura de estudos e pesquisas; c) levar em conta que a aprendizagem em grupo é lenta.

O grupo de planejamento ou a pessoa que conduz a realização do diagnóstico participativo deverá estar atenta ao registro das propostas dos participantes durante todo o processo, e classificá-las, por exemplo, como visão de futuro e de passado, principais problemas, principais soluções, oportunidades, etc.

Seis etapas para realizar o diagnóstico participativo:

1. Implantação de base conceitual.
2. Realização dos mapas cognitivos do bairro.
3. Iniciar a construção do mapa real.
4. Visita de campo: descobrindo o bairro.
5. Continuar a construção do mapa real.
6. Definir os problemas do bairro e encontrar as soluções.

Vamos passo a passo?

1. Implantação de base conceitual

Finalidade: compreender a importância da utilização do diagnóstico participativo no desenvolvimento local.

Dinâmica: solicitar que os participantes, a cada 5 ou 6 pessoas, se sentem formando uma roda. Cada um deverá escrever em uma folha qual a sua definição individual de diagnóstico participativo e para que este serve. Pedir que se apresentem ao grupo

dizendo seu nome e compartilhe suas ideias. Cada grupo escolhe um relator que sintetizará as principais ideias e compartilhará o resultado com todos os participantes. O mediador do encontro deverá comparar as propostas com outros conceitos de diagnóstico participativo.

2. Realização dos mapas cognitivos do bairro (trata-se do desenho do bairro que está na mente de cada um)

Finalidade: introduzir o conceito da diversidade de percepções sobre um mesmo espaço geográfico. Apresentar os principais segmentos para a realização do diagnóstico participativo, tais como saúde, educação, renda, moradia, população, economia, cultura, lazer e meio ambiente.

Material: uma folha de papel e um lápis ou caneta por participante.

Dinâmica: solicitar que os participantes, a cada 5 ou 6 pessoas, se sentem formando uma roda. Cada um deverá dizer apenas seu nome e responder a pergunta: "Para que servem os mapas?". Em seguida, os participantes deverão desenhar o mapa do bairro da forma mais detalhada possível, identificando vias de transporte, pontos de referência (estátuas, pontos turísticos), espaços de grande circulação de pessoas (centros comerciais, praças, espaços culturais/esportivos), escolas, hospitais, parques etc. Deverão ainda demarcar as ruas principais, a localização de sua casa ou trabalho, e outros itens que os estimulem a pensar no bairro de forma ampla. Solicitar que posicionem os desenhos no centro da roda e comentem sobre as principais diferenças observadas entre os mapas desenhados. O facilitador deverá abordar como os diferentes mapas refletem diversas interpretações do espaço geográfico. Explicar que esse exercício ajuda a demonstrar como existem preocupações e interesses variados em um mesmo lugar, em razão de cada um perceber/enxergar um mesmo espaço de forma diferente. Mediar o diálogo e a conclusão comparando como cada participante apresentou fisicamente as questões de cada segmento (saúde, educação, renda etc.).

3. Iniciar a construção do mapa real

Finalidade: apresentação do mapa do bairro e do distrito. Comparação entre os mapas cognitivos e o mapa geopolítico do bairro. Aprofundar o entendimento da diversidade de percepções sobre cada segmento.

Material: mapa geopolítico do bairro, gravador e/ou filmadora/máquina fotográfica.

Dinâmica: mostrar o mapa geopolítico do bairro e solicitar aos participantes que o comparem com os mapas cognitivos. Fazer algumas perguntas – exemplo: “Você localizou sua casa ou seu local de trabalho no mapa geopolítico?” ou “Você percebe alguma diferença entre a relação de distância e direção dos lugares que você desenhou e onde eles se encontram?”. Os grupos devem comparar e buscar consenso sobre o que é importante incluir no mapa e, então, localizar e marcar no mapa geopolítico os elementos que incluíram quando desenharam os mapas cognitivos do bairro.

Se possível: facilitar o consenso entre os participantes, pedindo que identifiquem os principais elementos e façam as representações físicas dos segmentos. Por exemplo, para educação, eles podem desenhar onde ficam escolas, universidades, centros educacionais. Para população e moradia, podem utilizar símbolos para identificar as partes do município que possuem as maiores concentrações populacionais. Durante esse processo, facilitar o debate sobre as questões que movem cada segmento. Fotografar o mapa com as representações desenhadas pelos participantes. Concluir a atividade motivando todos a expressarem o que aprenderam de novo sobre o bairro em que vivem e/ou atuam.

4. Visita de campo: descobrindo o bairro

Finalidade: buscar todo tipo de informações relacionadas às questões levantadas no mapa real. Identificar a atual situação do bairro por meio de questionário/pesquisas, entrevistas e registros fotográficos referentes aos segmentos socioeconômicos.

Material: gravador e/ou filmadora, máquina fotográfica, papel/caneta para anotações e para ampliar os elementos do mapa real.

Dinâmica: dividir o bairro de acordo com seu tamanho e com as possibilidades dos participantes em visitar cada local. Solicitar que formem grupos (os participantes deverão se agrupar com pessoas com quem geralmente não têm a oportunidade de estabelecer contato) e avisar que cada grupo representará uma localidade escolhida. Cada grupo realizará uma pesquisa informal prévia sobre o local escolhido. O trabalho consiste em buscar nos jornais do bairro, em calendários de eventos, internet e rádios comunitárias informações sobre os segmentos socioeconômicos. O grupo deve responder as perguntas: “O que as pessoas pensam sobre os segmentos?” e “O que há de melhor no bairro em cada um deles?”. O grupo deverá se basear nas informações obtidas pela pesquisa informal prévia para elaborar o questionário da pesquisa, que pode incluir alguma indagação livre durante o contato com a comunidade. É importante ouvir e considerar as histórias contadas pelas pessoas mais velhas, pois nesses

depoimentos aparecem fatos que indicam o que já foi ou não realizado, o que deu certo e errado – o histórico é uma espécie de visão do passado que deve ser considerada no momento de priorizar os projetos para o Plano. Agendar a visita ao bairro/distrito, sendo que todos os membros do grupo devem ir juntos. É uma visita de descoberta: os participantes devem caminhar pelo bairro; conversar com pessoas nos pontos de ônibus, com os comerciantes; observar a movimentação das ruas; visitar pontos culturais, parques; perguntar sobre o que acontece em determinado lugar durante a semana. No decorrer da visita, cada participante deve: a) registrar o caminho que o grupo fez; b) fotografar tudo o que simboliza a realidade do bairro em cada segmento socioeconômico; c) filmar/fotografar ou anotar comentários de moradores, comerciantes e pessoas que encontrar durante a visita.

Na visita de campo com todos os participantes, as datas das visitas de cada grupo já devem ser agendadas. Recomenda-se também definir a data do próximo encontro com todos os participantes e explicar a necessidade de todos trazerem cópias das fotos, enumeradas e nomeadas da seguinte forma: atrás de cada foto escrever o nome do bairro onde se localiza a imagem, a localização específica de onde a foto foi tirada e o segmento ao qual ela se relaciona mais diretamente.

5. Continuar a construção do mapa real

Finalidade: reproduzir visualmente (utilizando a colagem de fotos) a realidade socioeconômica e ambiental do bairro encontrada pelos participantes. Criar um cenário para cada segmento e identificar os problemas e as soluções sugeridas na visita de campo.

Material: mapa geopolítico do bairro, canetinha hidrográfica (ao menos 10 cores diferentes), blocos de anotação "post it" e filmadora/máquina fotográfica.

Dinâmica: o mapa geopolítico de cada tema deve ser aberto sobre a mesa, no chão, ou pendurado – o importante é que todos os participantes possam visualizá-lo. Solicitar que o grupo selecione uma cor de canetinha para cada segmento. Distribuir ou deixar ao alcance dos participantes os blocos de anotação "post it". Gravar e/ou filmar os grupos apresentando, com as fotos que tiraram, suas descobertas sobre os temas e lugares que visitaram. Enquanto um participante fala, os outros devem anotar, utilizando os blocos "post it", as informações contidas nas fotos – número e local em que foram tiradas. Cada anotação deve ser escrita na cor referente ao seu tema (ex: verde = meio ambiente; vermelho = saúde). As anotações devem ser sucintas, cabendo nas dimensões da folha do bloco "post it". As apresentações não necessitam ser por

grupo. O facilitador deve estimular que um participante (ou grupo) comente sobre um segmento, e outros participantes (ou grupos) podem comentar sobre algo semelhante ou relacionado a outras partes do bairro. Dessa forma, as apresentações não são sequenciais por partes do bairro e, sim, um intercâmbio de informações e relações entre os principais segmentos. O facilitador deve mediar as apresentações para que elas não fujam dos segmentos determinados e estimular que todos os participantes pensem nas relações entre todos os temas entre todos os locais do bairro. À medida que as fotos são apresentadas, solicitar que os participantes auxiliem na decisão de onde colar as fotos no mapa (ou seja, localizar a foto no mapa geopolítico). Para cada foto colada, solicitar que os participantes que fizeram anotações no bloco "post it" cole tais anotações próximas à foto no próprio mapa real. Concluir solicitando que observem e comentem sobre a montagem fotográfica da realidade do bairro. Facilitar a discussão com perguntas como: "Qual o segmento com o maior número de anotações em cada município?"; "Por que um segmento parece ter maior relevância em determinado bairro e não em outro?"; "Por que esse segmento aparece com menor frequência no bairro?".

6. Definir os problemas do bairro e encontrar as soluções

Finalidade: detalhar a atual situação do bairro agregando (e cruzando) as informações obtidas durante a visita – elas serão apresentadas visualmente por meio de diagramas e do mapa real. Ampliar o diálogo e definir as propostas de solução dos problemas de cada segmento socioeconômico.

Material: mapa geopolítico do bairro por segmento (já realizado), dados técnicos e indicadores de "entrada" e filmadora/máquina fotográfica.

Dinâmica: solicitar aos participantes que se dividam em novos grupos, cada um deles referindo-se a um dos segmentos. Cada grupo deve observar as anotações sobre seu segmento, utilizando os indicadores dos dados técnicos e as anotações do mapa da realidade do bairro. Cada grupo deve preparar um diagnóstico da atual situação do seu segmento. Com linguagem positiva, o facilitador deve solicitar aos participantes que identifiquem o que há de melhor em cada bairro, por segmento. Os participantes podem fazer diagramas e anotações que sintetizem as anotações colocadas nos blocos "post it". Conforme as ideias forem ficando mais claras, o grupo poderá utilizar uma folha de papel para apresentar o diagnóstico. Após uma hora, solicitar aos participantes que troquem de grupo para complementar as informações sobre os segmentos. Fica a critério do facilitador e dos participantes a forma de compilar as informações do diagnóstico participativo. Recomenda-se a apresentação em forma de documento que

registre um resumo do cenário de cada segmento, e do conjunto de problemas e soluções levantados junto à comunidade.

O Plano de Desenvolvimento do Bairro é um caminho a percorrer rumo ao futuro. Para essa ação, o grupo de planejamento precisará elaborar em parceria com a comunidade:

- ✓ Identificação da vocação local. Parte dessa ação foi realizada no processo de planejamento em que a comunidade identificou os ativos e as oportunidades. Agora é o momento de definir as principais ideias que a comunidade tem a respeito da potencialidade do próprio local. Essa vocação, junto com a visão de futuro e as oportunidades identificadas para o local, vai ajudar a priorizar os programas e projetos que deverão ser propostos para o Plano.
- ✓ Alguns bairros, devido à complexidade das propostas, poderão optar por estabelecer um eixo norteador – ou seja, uma atividade socioeconômica com a qual a comunidade mais se identifica. Os programas e projetos deverão ser priorizados de acordo com esse eixo.
- ✓ A partir dos diagnósticos técnico e participativo e da definição dos segmentos, desenhar o cenário para cada um deles.
- ✓ Definir os problemas e as soluções para cada segmento.

5.10 Problemas e soluções

A partir de cada segmento socioeconômico, a comunidade indica os motivos que a impedem de ter uma vida melhor e que travam seu desenvolvimento. Os problemas identificados no processo de diagnóstico incluem o levantamento de dados técnicos e comunitários.

Deverão ser identificados o conjunto de programas e projetos públicos e privados existentes que solucionam os problemas levantados pela comunidade e registrados no item seguinte chamado de Programas e Projetos em Andamento que vão se somar aos demais programas e projetos que serão apresentados neste item.

Os Programas e Projetos deverão ter no mínimo uma descrição do:

1. Objetivo Geral
2. Objetivo específico = resultados que pretende alcançar
3. Responsável

4. Orçamento
5. Prazo para implementação

5.11 Programas e projetos em andamento

São atividades que a comunidade ou o poder público já realizam e contribuem com os objetivos do Plano e deverão ser incorporados ao cronograma de ação.

Observação: Todos os programas e projetos elaborados ou em andamento deverão ser inseridos num cronograma de ação com objetivos e estimativas de custos.

5.12 Plano de ação / cronograma

Indica uma representação do prazo planejado para implementar o conjunto de programas e projetos ao longo de um período definido pela comunidade entre 5 e 10 anos, organizados em ordem de prioridades.

6. Pacto local

Deverá ser realizado um pacto local, que é um momento em que comunidade e Poder Público validam o Plano de Desenvolvimento do Bairro e assumem publicamente o compromisso de se manterem mobilizados para articular a sua execução.

6.1 Recursos para elaborar e implementar o plano

As alternativas para captação de recursos para elaboração do Plano são:

1. Negociar com a subprefeitura para que o Plano de Bairro faça parte do Plano Regional Estratégico, conforme prevê a lei. Dessa forma, o Plano de Bairro passa a fazer parte do orçamento do município.
2. Realizado o acordo, as subprefeituras deverão garantir uma estrutura para a realização de fóruns permanentes para diálogo com os diversos Planos de Bairro e sobre a organização de uma estratégia que articule os Planos de Bairro num Plano Regional da subprefeitura.

3. Articular com vereadores a criação de projetos de lei que reconheçam a importância das ações propostas num Plano de Bairro e pleiteiem recursos para a sua implementação no todo ou em partes.

4. Buscar recursos com empresas e com organismos nacionais e internacionais de patrocínio a projetos.

6.2 Fórum de desenvolvimento local

As subprefeituras deverão realizar fóruns permanentes para o acompanhamento comunitário do Plano Regional e do Plano de Desenvolvimento do Bairro.

Observação:

Considerando que a elaboração de Planos de desenvolvimento de bairro é um instrumento novo de participação comunitária, assim como a criação dos Conselhos Participativos Municipais, esta cartilha deverá ser atualizada anualmente incorporando novas experiências

Fontes de Pesquisa

Cartilha de Desenvolvimento Local do Senac São Paulo

BEZERRA, Josué Alencar. Artigo: Como definir o bairro? Uma breve revisão. Disponível em <http://www2.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/118/109> Acesso em 28/10/2013, às 14h30. Finalidade didática.

HICHE, Daniella. Manual Senac de diagnóstico participativo. Ano 2006.

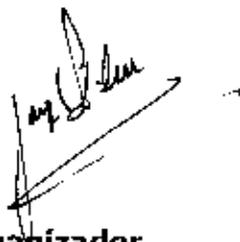
12 páginas. Prefeitura de São Paulo, Desenvolvimento Urbano. Projeto de Lei do Plano Diretor Estratégico. Disponível em http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/pde_camara/PDE_2013_PL.pdf - Acesso em 28/10/2013, às 15h. Ano 2013. 96 páginas. Finalidade institucional.

Senac São Paulo. Cartilha de Desenvolvimento Local. Ano 2011. 51 páginas.

Expediente

PRESIDENTE Abram Szajman

DIRETOR EXECUTIVO Antonio Carlos Borges

**Organizador**

Jorge Carlos Silveira Duarte

Colaboradores

Conselho de Desenvolvimento *Local da FecomercioSP*: Cecília Maria Barros Tavares, Celia Schlinthler, Cláudia Soares Oliveira, Dalva Soares Bolognini, Flávio Alexandre Cardoso Alvares, Gustavo Freiberg, Ivan Moraes, Jéssica Kobayashi, Jorge Iffraim, Júlio Moreno, Maria Paula Yoshihara, Marco Antônio Ramos de Almeida, Mônica Mouri, Nay Bernardes, Oriana Isabel Jara Maculet, Rodrigo Bandeira, Vera Lúcia de Oliveira Salvatore.

Participantes dos Fóruns realizados na FecomercioSP nos dias 04/04, 22/05, 11/06, 22/05 e 29/08/2013 – Fórum do Plano Diretor Estratégico "Planos de Bairro".

Editora Fischer 2

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO Neusa Ramos

DIRETOR DE CONTEÚDO André Rocha

EDITORA Tania Angarani

ASSISTENTE DE EDIÇÃO André Zara

PROJETO GRÁFICO**TUTU (Logo)**

EDITORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo

CHEFE DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNER Kareen Sayuri

ASSISTENTE DE ARTE Camila Marques e Lais Brevilheri

FECOMERCIOSP

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Interessado:

Secretaria – 5º andar

Destinatário:

Exmo. Senhor
NABIL BONDUKI
D.D. Vereador
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Conteúdo do Envelope e Assunto:

Doc. nº 20131063 – CONSELHO DE TURISMO E NEGÓCIOS DA
FECOMERCIO SP FAZ CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO DIRETOR
ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO.

Forma de entrega:

EM MÃOS.

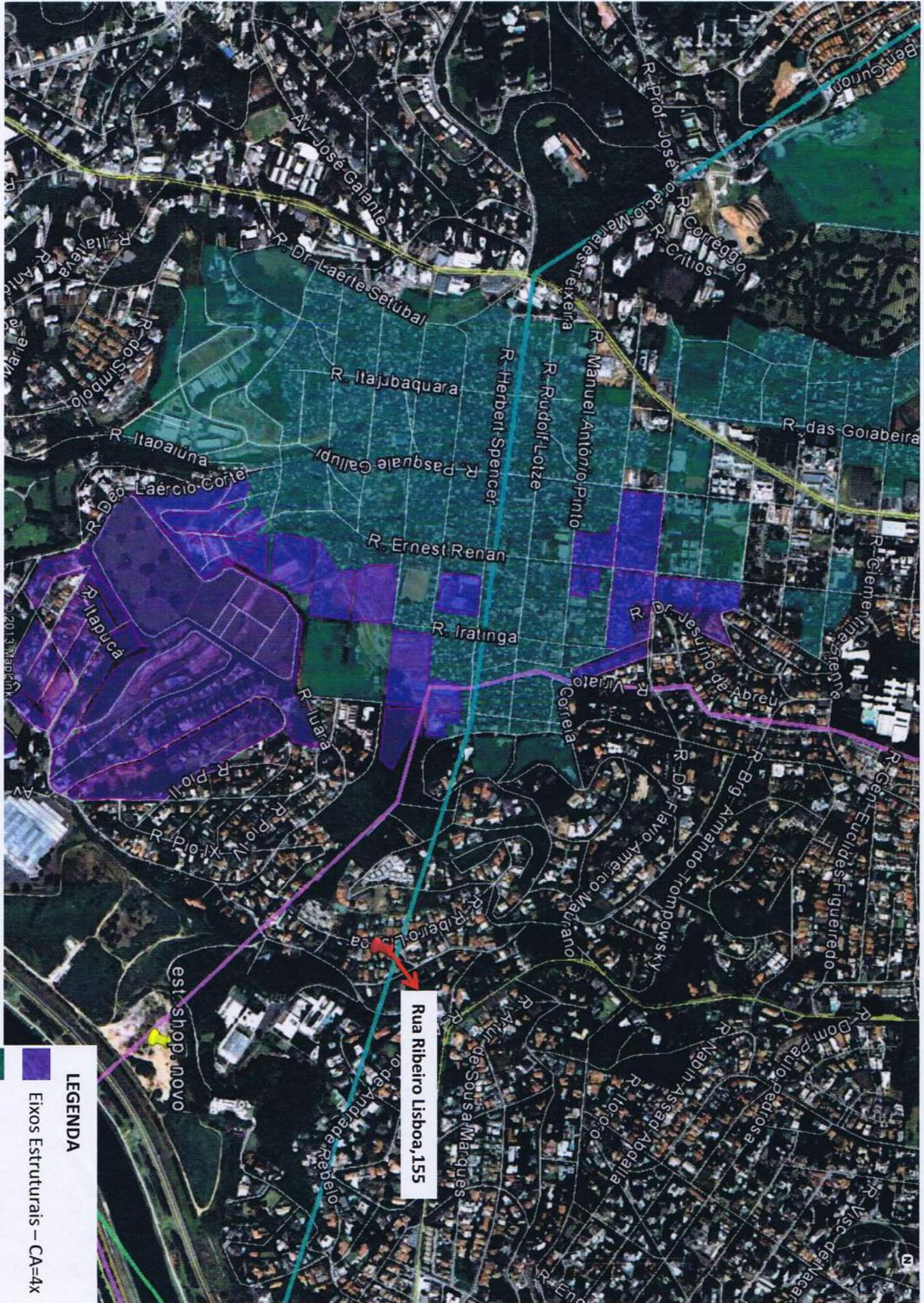
Recebido em: 12 / 02 / 2013

Horário da entrega: 11h

Nome do recebedor: _____

Assinatura: _____

Carimbo ou chancela mecânica da Empresa/Entidade/Órgão:



Rua Ribeiro Lisboa, 155

LEGENDA

- ZEIS
- Eixos Estruturais – CA=4x

© 2013 Mapbox

Fórum Comunitário do Distrito do Jd Helena

São Paulo, 11 de Setembro de 2013.

Ref.: Reavaliação do Zoneamento da APA da Várzea do Tietê (Macroárea de contenção e Uso Sustentável) proposto na Minuta do Plano Diretor de 2013.

Ilmo. Vereador Nabil Bonduki

O Fórum Comunitário do Distrito do Jd Helena visa o fomento de políticas públicas no âmbito social, cultural, habitacional, saúde, educacional, transporte, econômico, ambiental, de justiça e garantia de direitos para as comunidades situadas no Distrito Jd Helena região de São Miguel Paulista.

Têm acompanhado as discussões de vários projetos. Haja vista a construção do Parque Linear Várzea do Tietê (projeto elaborado pelo arquiteto Rui Otake e fomentado pelo Governo Estadual sob coordenação do DAEE- Departamento de Água e Energia), o qual está previsto a remoção de 4.275 famílias, projeto Renova São Paulo – Água Vermelha 2 que fará a reurbanização e recuperação em parte da área de APA, entre outros projetos que causarão impactos positivo e negativos na região.

Preocupado com o novo Zoneamento proposto para a APA da Várzea do Rio Tietê na Minuta do Plano Diretor de 2013 denominado: Macroárea de Contenção e Uso Sustentável que restringe entre outros, o uso e ocupação do solo do ponto de vista de parcelamento urbano da terra e a abertura de novas vias de acesso. (Documento pertinente a Macroárea de Contenção e Uso Sustentável em anexo)

Salienta que a área em questão passou por processo de revisão através do Plano de Manejo da APA Tietê, Documento técnico de pesquisa realizado

pela USP, o qual delineou novos Zoneamentos e diretrizes: Zona de Conservação Hidrodinâmica do Cinturão Meândrico, Zona Hidrodinâmica da Planície Fluvial e **ZARAP – Zona de Requalificação da Paisagem Sócio Ambiental**. (documento em anexo).

Embora os Zoneamentos e diretrizes foram aprovados somente no Conselho Gestor da APA da Várzea do Tietê, faltando passar pelo o Clivo do CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, houve flexibilização quanto ao Zoneamento Vigente denominado Zona de Cinturão Meândrico que contém diretrizes restritivas, dando condições de implantação de políticas públicas no âmbito de saneamento básico, equipamentos públicos e outras ações de relevante interesse para a qualidade de vida da população que mora nos bairros situados na APA:

Chácara Três Meninas, Vila da Paz, Vila Novo Horizonte, Favela da Paz, Jd São Martinho, Jd Pantanal, Cidade de Deus, Vila Seabra, Vila Aymoré, Vila Itaim, Jd Margarida, Jd Marta e Jd Romano. Portanto, tendo em vista que o território da APA da Várzea do Rio Tietê é uma Unidade de Conservação Sustentável com a função de promover a relação harmoniosa entre ser humano e meio ambiente;

Tendo em vista que no território da APA do Município de São Paulo há ocupações consolidadas sem infraestrutura urbana e saneamento básico;

Tendo em vista que no território da APA moram aproximadamente 200 mil pessoas no total de 20.000 famílias;

Tendo em vista que o Plano de Manejo da APA da Várzea do Tietê já foi aprovado no Conselho Gestor e encaminhado para o CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente com expectativa de aprovação;

Tendo em vista que na APA da Várzea do Tietê há ZEIS 1 de acordo com o Zoneamento vigente do Plano Diretor da Cidade de São Paulo;

Tendo em vista que os bairros situados na APA da Várzea do Tietê estão fora do contexto da Cidade de São Paulo e que há necessidade de pensar o Plano Diretor do ponto de vista da cidade real, propomos:

Que o Secretário de Urbanização Fernando de Mello e técnicos responsáveis pelo Plano Diretor da Cidade de São Paulo, repensem a nomenclatura e diretrizes que deram para a APA (Macroárea de Contenção e Uso Sustentável) no sentido de fazerem uma sobreposição com a Macroárea de Recuperação Urbana e ambiental, a qual por si só cumpre a função social e garante à sustentabilidade, suas diretrizes dialogam com o Plano de Manejo da APA do Tietê e com as necessidades da população garantindo qualidade de vida aos moradores do território da APA.

Sem mais para o momento,

Agradecemos a atenção.



~~HS~~
Augusta de Mello

Maria Carmelo Alves dos Santos
Maíra de Z. A. de Escobar

Tereza B. M. de Paula Santos

Arlete Descoberto

SERGIO FAUSTINO DA SILVA

MARLENE ARANDA

Luís Carlos Pinheiro



Leandro Guedes Cavalcante

Anexo

Seção II – Da Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável

Art. 16. A Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, conforme Mapa n. 02anexo, localiza-se nas bordas da área urbanizada do território municipal e é caracterizada pela existência de fragmentos significativos de vegetação natural ou implantada, entremeados por atividades agrícolas, sítios e chácaras de recreio e pequenos núcleos urbanos esparsos que impactam, em graus distintos, a qualidade dos recursos hídricos e dos demais elementos dos sistemas ambientais, com características geológico-geotécnicas e de relevo que demandam critérios específicos para ocupação.

§ 1º. Os objetivos específicos da Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável são:

- I – contenção dos processos de expansão e adensamento construtivo e demográfico dos assentamentos urbanos existentes;
- II – proteção da paisagem natural;
- III – manutenção e recuperação de fragmentos de vegetação natural ou implantada;
- IV – conservação e recuperação dos corredores ecológicos, interligando os fragmentos florestais;
- V – manutenção da conservação e da permeabilidade do solo e controle dos processos erosivos;
- VI – compatibilização dos usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos seus terrenos e a legislação de proteção e recuperação aos mananciais;
- VII – manutenção e incentivo ao desenvolvimento de atividades agrícolas, social e ambientalmente sustentáveis, assegurando a condição rural dos imóveis e restringindo o parcelamento urbano da terra e a abertura de novas vias de acesso;
- VIII – incentivo aos usos e atividades de lazer, recreação e turismo, social e ambientalmente sustentáveis; IX – garantia do acesso a equipamentos sociais de apoio às comunidades urbanas e rurais isoladas e à terra e moradia adequada para as populações indígenas, respeitando seus usos, costumes e tradições;
- X – garantia do saneamento ambiental dos assentamentos urbanos e das áreas rurais com uso de tecnologias adequadas a cada situação;

XI – garantia da trafegabilidade das estradas rurais, conservando a permeabilidade do solo e minimizando os impactos sobre os recursos hídricos e a biodiversidade;

XII – manutenção e recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água, preservação da biodiversidade, microclima e proteção ao solo;

XIII – incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

§ 2º. São também considerados objetivos específicos da Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável as determinações previstas para o Parque Natural Municipal da Fazenda do Carmo, o Parque Estadual Ecológico do Tietê, a Área de Proteção Ambiental Estadual Várzeas do Tietê, a Área de Proteção Ambiental Estadual Iguatemi, o Parque Estadual Ecológico do Guarapiranga, a Área de Proteção Ambiental Estadual do Carmo, a Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari-Monos, a Área de Proteção Ambiental Municipal do Bororé-Colônia, bem como as de outras unidades de conservação existentes e que venham a ser instituídas.

§ 3º. Na Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável se aplicam, no mínimo, os seguintes instrumentos de política urbana e de gestão ambiental:

- I – unidades de conservação;
- II – estudo e relatório de impacto ambiental;
- III – estudo e relatório de impacto de vizinhança;
- IV – direito de superfície;
- V – avaliação ambiental estratégica;
- VI – estudo de viabilidade ambiental;
- VII – termo de compromisso ambiental;
- VIII – pagamento por prestação de serviços ambientais;
- IX – legislação de proteção e recuperação dos mananciais e correlatas.

Seção III – Da Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental

Art. 17. A Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental, conforme Mapa n. 02 anexo, localiza-se na periferia da área urbanizada do território municipal e é caracterizada pela existência de áreas urbanizadas com distintos padrões de ocupação, predominantemente horizontais, permeadas por vazios intraurbanos e cobertura vegetal pouco expressiva ou ausente, ocorrendo, ainda, áreas de exploração mineral, ativas e desativadas, e assentamentos precários, muitos localizados em áreas suscetíveis a processos erosivos, escorregamentos ou outros movimentos de massa, mas passíveis de recuperação urbanística e ambiental.

§ 1º. A Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental contém elementos dos sistemas ambientais que podem ser recuperados para a prestação de serviços ambientais, em especial aqueles relacionados com a produção de água e conservação do solo, mesmo que impactados pela interação com os elementos dos sistemas urbanos, com assentamentos precários e irregulares ocupados por populações de baixa renda que se encontra em situações de vulnerabilidade.

§ 2º. Os objetivos específicos da Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental são:

I – promoção da urbanização e regularização fundiária dos assentamentos urbanos precários e irregulares existentes, dotando-os de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, garantido o direito social à moradia adequada, recuperando a qualidade ambiental e minimizando os impactos decorrentes da ocupação indevida do território;

II – contenção da expansão e do adensamento construtivo e demográfico dos assentamentos urbanos precários e irregulares existentes mencionados no inciso anterior;

III – construção de habitações de interesse social para reassentamento de populações moradoras de áreas de risco que já vivem nesta Macroárea;

IV – melhoria e complementação do sistema de mobilidade com a integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres dotando-o de condições adequadas de acessibilidade universal e sinalização;

V – solução dos problemas existentes nas áreas com riscos geológicos e geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados e prevenção em relação ao surgimento de novas situações de vulnerabilidade;

VI – compatibilização de usos e tipologias de parcelamento do solo urbano com as condicionantes de relevo, geológico-geotécnicas e com legislação de proteção e recuperação aos mananciais;

VII – recuperação das áreas mineradas e degradadas suscetíveis a processos erosivos minimizando a ocorrência de poluição difusa;

VIII – articulação entre órgãos e entidades municipais e estaduais para garantir a conservação e recuperação urbana e ambiental;

IX – recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água, proteção do solo e redução de riscos geológico-geotécnicos e de relevo.

§ 3º. Na Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental se aplicam, no mínimo, os seguintes instrumentos de política urbana e de gestão ambiental:

I – zonas especiais de interesse social 1 e 4;

II – concessão do direito real de uso;

III – concessão de uso especial para fins de moradia;

IV – usucapião especial de imóvel urbano;

V – legitimação de posse;

VI – demarcação urbanística;

VII – assistência técnica, jurídica e social gratuita;

VIII – plano de desenvolvimento do bairro;

IX – direito de superfície;

X – direito de preempção;

XI – estudo e relatório de impacto de vizinhança;

XII – estudo e relatório de impacto ambiental;

XIII – avaliação ambiental estratégica;

XIV – estudo de viabilidade ambiental;

XV – termo de compromisso ambiental;

XVI – pagamento por prestação de serviços ambientais;

XVII - legislação de proteção e recuperação dos mananciais e correlatas.

ZONA D E REORDENAMENTO SOCIOAMBIENTAL E DA PAISAGEM - ZARAP

Objetivos:

Reorientar o uso e ocupação atual, considerando a integração entre desenvolvimento econômico, educacional, socioambiental e as funcionalidades hidrológicas e ecológicas das planícies fluviais, articulando políticas públicas, setores e instâncias governamentais e da sociedade civil; e Mitigar impactos decorrentes dos usos urbanos sobre os atributos naturais e sua exportação às zonas adjacentes; minorar a vulnerabilidade das populações residentes aos riscos de inundações; e promover melhorias em sua qualidade de vida.

Descrição e Justificativa:

Abrange 2.250 ha de áreas de Planície Fluvial antropizadas do Rio Tiete.

Áreas de planície fluvial antropizadas por usos diversos, apresentando Alto ou Médio Nível de Perturbação e Alta Fragilidade Ambiental;

Áreas que abrigam, em grande parte, urbanização precária em situação de risco e, por vezes, outros usos que comprometem as zonas de maior restrição ambiental – ZCM e ZPF;

Áreas passíveis de ações e programas interinstitucionais e de estudos interdisciplinares para garantir, simultaneamente, a proteção dos atributos ambientais, a melhoria da qualidade de vida das populações do território e o reconhecimento detalhado de situações de risco para superação dessas condições;

Áreas com pouca presença de vegetação e fauna, tendo em vista seu grau de antropização;

Áreas com potencial para requalificação urbana e da paisagem.